

## PROPOSTA

**Assunto:** Relatório de Contas Consolidadas de 2021

C.M.-Reunião de 2022 06 13

Deliberado aprovar. Remeter à Assembleia Municipal voto contra do PS e CDU voto de qualidade do Presidente da Câmara

### Considerando que:

1. O artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula que os municípios que detenham serviços municipalizados e ou participem no capital social de entidades do setor empresarial local, estão obrigados a proceder à consolidação de contas.
2. Em matéria de consolidação de contas, o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo".
3. A apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas deve seguir o prescrito no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro -SNC-AP -, designadamente o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:
  - i. Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
  - ii. Perímetro de natureza financeira (NCP22)

### Propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

4. Nos termos do n.º 2 do artigo 76º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com as disposições da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar Relatório de Contas Consolidadas de 2021;
5. Submeter, nos termos previstos na alínea a) do nº 2 do artigo 25º da referida Lei nº 75/2013, os mencionados documentos à apreciação da Assembleia Municipal.

Paços do Concelho de Braga, 7 de junho de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Dr. Ricardo Rio)

A.M.-Sessão de 2022 07 15

"Aprovada com vinte e dois votos e favor, com catorze votos contra e com dez abstenções"



**BRAGA**  
Município



**RELATÓRIO  
DE CONTAS  
CONSOLIDADAS  
2021**



Esta página ficou propositadamente em branco



# BRAGA

Cidade autêntica

## RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2021

Praça do Município  
4700-435 Braga  
[www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt)  
[municipe@cm-braga.pt](mailto:municipe@cm-braga.pt)

## Índice Geral

1. NOTA PRÉVIA .....	6
2. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	9
3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA.....	10
3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM .....	10
3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM.....	11
3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M. ....	11
3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.....	12
3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. ....	12
4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL.....	14
4.1. TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M. ....	14
4.2. Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.....	14
4.3. Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.....	15
4.4. Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.....	16
4.5. InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.....	16
5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	18
5.1. Demonstração de Resultados Consolidados .....	18
5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos .....	19
5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos .....	21
5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado.....	23
5.3. Indicadores de Análise .....	25
5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal.....	27
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	28
7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	34
Nota I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas .....	34
Nota II - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros..	39
Nota III – Ativos intangíveis.....	41
Nota IV – Acordos de concessão de serviços: concedente .....	42
Nota V – Ativos fixos tangíveis .....	43

Nota VI – Locações .....	44
Nota VII – Custo de empréstimos obtidos .....	44
Nota VIII – Propriedades de Investimento .....	45
Nota X – Inventários .....	46
10.1 Inventários .....	46
10.2 Inventários – Movimentos do Período .....	47
Nota XV – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	48
Nota XXIII – Outras divulgações .....	49
23.1 Estado e Outros Entes Públicos .....	49
23.2 Outras Contas a Receber e a Pagar .....	49
23.3 Réditos .....	50
23.4 Gastos .....	50
23.5 Gastos com o Pessoal .....	51
23.6 Outras Informações relativas aos procedimentos de consolidação .....	51
23.7 Outros .....	53
<b>8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS .....</b>	<b>55</b>

## Índice de Ilustrações

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados .....	18
Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados .....	19
Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados .....	21
Quadro 6 – Rácios de Liquidez .....	25
Quadro 7 – Rácios de Solvabilidade .....	26
Quadro 8 – Rácios de Endividamento .....	26
Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados .....	20
Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados .....	22
Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado .....	24
Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado .....	24

## 1. NOTA PRÉVIA

A consolidação de contas das demonstrações financeiras é uma matéria relativamente recente no setor público, e surgiu como resposta à forte expansão e crescimento do setor produtivo e empresarial, com a criação de empresas municipais pelos municípios, e a consequente fragmentação / dispersão da informação financeira. Assim, a consolidação de contas no sector público constitui uma ferramenta de gestão determinante para melhorar a informação contabilística prestada pelas autarquias locais, permitindo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de entidades agora considerado, permitindo ainda o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas

entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. Na mesma sequência, o número 2 do mesmo artigo, acrescenta que a “contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o setor local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”.

Por outro lado, prevê-se, no artigo 75.º, do mesmo diploma, a obrigatoriedade dos municípios elaborarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O presente relatório, que anexa as contas consolidadas, pretende abraçar dois desideratos: (i) dar cumprimento a esta obrigação legal, mas, sobretudo, (ii) assumir claramente que prestação de contas está intimamente ligada à transparência no uso dos recursos públicos (e não deve ter como único objetivo responder à pressão da lei), sendo um dos caminhos da ampliação da cidadania.

Na dimensão técnica, com este documento pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- melhorar o processo de tomada de decisão;
- potenciar o controlo;
- melhorar a informação financeira do grupo;
- implementar políticas e culturas de gestão do grupo;
- facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.

Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, em que o Município de Braga é detentor de uma percentagem de controlo, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas tendo por base o método de consolidação integral, nas entidades onde exerce influência significativa, foi utilizado o método de equivalência patrimonial. Subsequentemente a esta integração (mediantes os dois métodos descritos), foram eliminadas todas as operações intergrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se, assim, duplicação de valores.

A implementação do novo referencial contabilístico, SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), veio permitir uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, a

aplicação deste normativo contabilístico passou a ser de adoção obrigatória para o município bem como para as empresas municipais reclassificadas, designadamente, Teatro Circo, BragaHabit e TUB, permitindo, também, uma aproximação ao SNC, aplicados no contexto do setor empresarial local (AGERE e InvestBraga). As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Braga foram elaboradas de acordo com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública.

Em face da complexidade conceptual do processo de transição, entendeu-se de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33, a qual prevê um período de até três anos para o processo de transição, por forma a assegurar a integralidade e plenitude do mesmo, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Assim, torna-se estratégico assumir, em matéria do património municipal, bem como, ao nível das empresas municipais, na aplicação da contabilidade orçamental nas empresas municipais, regulada pela NCP Contabilidade

e Relato Orçamental, a necessidade de dar continuidade ao trabalho de aperfeiçoamento para o novo normativo contabilístico, que perdurará ainda em 2022. Foram incluídas no perímetro de consolidação do município as seguintes empresas:

- TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM
- Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM
- BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, EM
- Teatro Circo de Braga, EM, S.A.
- IB - Agência para a Dinamização Económica, EM

Ao nível económico financeiro, o ano 2021, encontra-se fortemente condicionado pela conjuntura de crise sanitária vivida desde março do ano anterior, provocada pela doença COVID-19. Em face deste contexto absolutamente único, 2021 foi

extremamente árduo, marcado por problemas diários, por solicitações que vinham de todos os lados, e às quais o Grupo Municipal foi respondendo, assumindo e

colaborando de forma expedita e competente, implementando medidas e ações sem paralelo, não apenas no âmbito da mitigação dos contágios, como no apoio às pessoas e instituições mais desprotegidas, e também na minimização dos impactos da pandemia na economia local.

Ora, como percebemos através da análise dos relatórios de gestão e contas individuais do grupo municipal, a atividade financeira do grupo foi seriamente afetada pela pandemia, não tendo sido possível, como inicialmente era expectável, alcançar os resultados alcançados de 2019 pré-pandemia, com especial enfoque na atividade da TUB, Teatro Circo e InvestBraga.

Para melhor interpretação dos números, o presente relatório contém uma breve análise dos principais agregados, de forma a permitir conhecer a situação económico-financeira do grupo e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas.

## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal. Na situação do Município de Braga, o grupo municipal é constituído exclusivamente pelas empresas municipais.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais

e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

Por sua vez, o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Por fim, importa esclarecer que, em matéria de consolidação de contas, o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”.

Assim, a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas segue o prescrito no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o SNC-AP -, designadamente o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)

Perímetro de natureza financeira (NCP22)

### 3. GRUPO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE BRAGA

Nem todas as entidades participadas integram o Perímetro de Consolidação, tal como estipula, de forma supletiva, o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 158/2009, excluindo assim as entidades em que não existe controlo ou influência dominante, ou que, não sejam materialmente relevantes, ou seja, que a sua dimensão não tenha expressividade nas contas da entidade consolidante. A sua

não inclusão não põe em causa o princípio da comparabilidade.

Do ponto de vista da consolidação orçamental, e conforme preconizado na NCP 26, o perímetro é composto apenas pelo Município de Braga, uma vez que as restantes entidades que integram o perímetro de consolidação financeira identificadas acima não aplicaram a contabilidade orçamental.

#### 3.1. TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM

A empresa TUB – Empresa de Transportes Urbanos de Braga, EM, capital social de 6.250.000,00 €, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 10 de Dezembro de 1998, com capitais totalmente detidos pela Câmara Municipal de Braga, tendo sucedido aos Serviços Municipalizados de Transportes (TUB/SM), tendo por objeto principal a prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros na área do Município de Braga.

A sua missão é oferecer soluções de mobilidade e conforto na região, satisfazendo e surpreendendo expectativas dos parceiros envolvidos. Tem como principais valores: Conforto e Acessibilidade; Informação e Partilha, Património e Tradição; Transparência e Pertença.

A sua Visão é ser reconhecida no domínio da mobilidade urbana integrada, como elemento distintivo na sociedade em termos de identidade coletiva.

A TUB conta atualmente com 361 funcionários, com cerca de 168 viaturas, tendo, em 2021, transportado cerca de 8.226.764 passageiros, atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 13,5 milhões de euros.

### **3.2. AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM**

A Empresa Pública Municipal Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM surgiu da transformação dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, em Empresa Pública Municipal no dia 1 de Janeiro de 1999, com o objetivo de melhor servir todos os munícipes do concelho de Braga, quer estes sejam consumidores de água, utentes da rede pública de saneamento, ou utilizadores do serviço público de recolha do lixo.

O Município de Braga iniciou um processo de transformação da AGERE em empresa de capitais maioritariamente públicos, alienando 49% do seu capital. Para o efeito, lançou um concurso público destinado a

selecionar o parceiro privado que, em conjunto com a edilidade, explora a atividade de abastecimento público de água, saneamento e higiene e limpeza do município.

A AGERE-EM tem um capital social no valor de 39.000.000 € - C.R.C. Braga, detido a 100% pela Câmara Municipal de Braga até ao dia 22 de Abril de 2005. Neste dia foi efetuada a venda de 49% do capital social ao consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS).

A AGERE-EM conta atualmente com 541 funcionários, com mais de 95.269 clientes e uma faturação anual superior a 31,9 milhões de euros.

### **3.3. BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação da Braga, E.M.**

A empresa BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M., capital social de €12 500 000, foi constituída como empresa pública municipal nos termos da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, em 21 de Junho de 1999, com capitais totalmente detidos pelo Município de Braga.

A Bragahabit tem como objeto social a promoção e gestão de imóveis de habitação social bem como a gestão de apoios ao

arrendamento e a recuperação de habitação degradada, a prestação de serviços na área da educação e ação social.

A Bragahabit conta atualmente com 91 funcionários, gerindo um parque habitacional constituído por 734 frações, tendo, em 2021 atingindo um volume de negócios (vendas e prestação de serviços) próximo dos 1,3 milhões de euros.

### 3.4. Teatro Circo de Braga E.M., S.A.

O Teatro Circo de Braga EM,SA, tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios e as orientações do Município de Braga, para a programação anual do Teatro. A empresa tem um capital social de € 500.000, totalmente detidos pelo Município de Braga.

A empresa conta atualmente com 52 colaboradores, tendo em 2021, realizado um conjunto de 347 atividades para um público total de 27.521 pessoas, tendo atingido um volume de negócios próximo dos 999 mil euros.

### 3.5. IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

A empresa IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M. (InvestBraga), com o capital social de 175 000,00 euros, foi constituída como empresa pública municipal, em resultado da transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, nos termos da Lei 58/98, de 18 de agosto, em 10 de dezembro de 1998, cujo capital social é detido a 100% pelo Município de Braga, assumindo, na altura a designação de PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M.

Em 28 de fevereiro de 2014, a Assembleia Municipal de Braga aprova a mudança da designação social da empresa municipal PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E. M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., resultando, posteriormente a alteração dos estatutos da empresa.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Os objetivos estratégicos da InvestBraga são:

- a) atrair investimento para Braga, que mantenha e crie emprego;
- b) colocar Braga no radar nacional e internacional do investimento e do empreendedorismo, através do desenvolvimento e da promoção das vantagens competitivas e dos recursos do município;

- c) promover o desenvolvimento e a gestão de uma rede local que integre todos os agentes responsáveis pelo crescimento económico;
- d) atrair empresários e empreendedores nacionais e internacionais;
- e) tornar Braga um pólo atrativo e com um ambiente propício para o estabelecimento de investidores, empresários e Startups;

- f) fomentar a criação de Startups de base científica e tecnológica com elevado potencial de internacionalização

A InvestBraga conta com 38 colaboradores tendo, em 2021, atingindo um volume de negócios próximo dos 2 milhões de euros.

## 4. ATIVIDADE DESENVOLVIDA – SÍNTESE GLOBAL

O presente relatório expõe o exercício de consolidação de contas de todo o Grupo Autárquico do Município de Braga, no período económico de 2021, representando o esforço de todo o universo municipal de prestação de contas e transparência perante os munícipes e demais utilizadores.

Para conhecer melhor a atividade do município na sua globalidade, será importante a leitura dos relatórios de

atividades e de contas do município, já aprovados em sede de Assembleia Municipal, que agora pode ser complementada com este documento.

Relativamente às entidades controladas que compõe o perímetro de consolidação municipal e portanto, reconhecidas pelo método integral, evidenciam-se os seguintes resultados:

### 4.1. TUB – Transportes Urbanos de Braga, E.M.

O ano de 2021 ficou ainda marcado pela concretização de dois importantes passos na descarbonização da frota dos transportes urbanos de Braga – a entrada em operação de mais 25 autocarros novos movidos a gás natural que se vêm juntar aos mais 13 veículos elétricos, já em funcionamento, num investimento global superior a 15,4 milhões

de euros, bem como a submissão da nova candidatura para aquisição de mais 30 viaturas elétricas.

Em termos de desempenho económico-financeiro, verificamos que o resultado líquido do exercício é positivo em cerca de 635 mil euros.

### 4.2. Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

Orientando a sua intervenção pela preocupação constante com a eficiência e a eficácia, a AGERE mantém a estratégia de compromisso com a promoção de um serviço de qualidade à comunidade, assumindo a responsabilização permanente em assegurar os serviços de abastecimento público de

água, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos, essenciais à qualidade de vida dos cidadãos.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2021, é destacada a entrada em vigor do Acordo de Empresa, permitindo concretizar o modelo de carreiras, com o devido ajuste salarial, e a

respetiva progressão através do sistema de avaliação de desempenho em implementação.

O lançamento do concurso público internacional para a construção da ETAR do Este que permitirá melhorar o tratamento das águas residuais da cidade de Braga.

A AGERE apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e sustentável, traduzida num volume de negócios de 32 milhões de euros, mais 5,5% quando comparado com 2020 (30,2 milhões de euros), e num resultado líquido de 6,97 milhões de euros, mais 3,9% (6,7 milhões de euros) que no ano anterior. Prova disso são também os resultados dos principais indicadores económico-financeiros: a

margem EBITDA situou-se em 48,75% e a Autonomia Financeira cifrou-se em 52,56%.

O investimento global, em 2021, foi de 5,2 milhões de euros, correspondendo a 57,05% de execução, que continuou condicionada pelas restrições da pandemia. Em comparação com 2020, em que o investimento ascendeu a 3,6 milhões de euros, observa-se um acréscimo de 42,41% no volume global de investimento. Perspetiva-se continuar o plano de investimentos, com empreitadas previstas no valor de 17,7 milhões de euros para 2022.

#### **4.3. Bragahabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.**

O ano 2021 e o contexto pandémico vivido veio reforçar o papel social da Bragahabit no apoio à habitação, num momento de forte confinamento social, que resultou no apoio de 1.230 famílias (511 em habitação social, 160 em subarrendamento e 559 em RADA) e 36 indivíduos em regime de residência partilhada.

Foi dado seguimento à empreitada de reabilitação integral do Bairro de Santa Tecla no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e ao Programa de

Eficiência Energética no Bairro das Andorinhas. Por fim, 2021 fica também marcado pela aprovação da Estratégia Local de Habitação e pela assinatura do Acordo de Financiamento com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no âmbito do Programa 1º Direito, que assegura um financiamento de 15.305.517,90€ à BragaHabit para reabilitação do seu parque habitacional e construção de 40 novos fogos até 2026.

Ao nível do desempenho económico e financeiro, a Bragahabit apresenta em 2020

um resultado líquido negativo de cerca de 73 mil euros.

#### **4.4. Teatro Circo de Braga, E.M., S.A.**

Em 2021 o Teatro Circo realizou 320 atividades para um público total de 30.397 pessoas. Nesta estatística estão contabilizados todos os eventos sob chancela do Teatro Circo: os realizados nos seus espaços, ainda que promovidos por entidades externas, e todos os eventos promovidos por si ou em conjunto com instituições parceiras, ainda que realizados fora do edifício ou online.

Numa análise mais detalhada foram apresentados 136 espetáculos, todos ao vivo,

nas diversas áreas artísticas: 69 de música, 59 de teatro, 3 de dança e 5 de cruzamentos ou outras artes. Foram ainda realizadas 36 sessões de cinema, 72 ações de formação de públicos, 1 exposição e 16 outros eventos, para além de 59 visitas guiadas, sendo 58 delas presenciais, devidamente integradas e acompanhadas no âmbito desta área, e uma virtual.

Em termos económico-financeiros, em 2021, o Teatro Circo apresenta um resultado positivo de cerca de 200 mil euros.

#### **4.5. InvestBraga – Agência para a Dinamização Económica de Braga, E.M.**

No decurso do ano de 2021, a Dinamização Económica e Atração de Investimento desenvolvida pela InvestBraga prestou apoio a 159 projetos de investimento e realizou 263 atendimentos/ reuniões com potenciais investidores. Do total dos projetos acompanhados, 26% são de origem internacional, sendo, maioritariamente, projetos de pequena e media dimensão.

No decurso de 2021, e no âmbito do Espaço do Investidor, foram prestados diversos apoios e serviços que procuraram responder

as necessidades das empresas, dos empreendedores e dos investidores, nomeadamente:

- i) apoio e esclarecimento sobre os processos de criação de empresas;
- ii) ajuda na procura de espaços de localização das atividades económicas, tendo-se realizado 99 reuniões com facilitadores de investimentos; prestadores de serviços de apoio às empresas e proprietários de oportunidades de investimento;

- iii) apresentação de 32 propostas de espaços de localização de atividades económicas a novos investidores e empresas em crescimento;
- iv) apoio ao processo de licenciamento das atividades económicas e outros procedimentos no âmbito da atividade municipal, tendo neste período sido acompanhados e agilizados 38 processos de licenciamento;

- v) identificação de incentivos locais, nacionais e internacionais, através do apoio a 38 projetos na procura de fontes de financiamento, num trabalho realizado em estreita ligação com os nossos parceiros estratégicos e de apoio à gestão;

Em termos financeiros, o exercício 2021 encerra com um resultado positivo em cerca de 4 mil euros.

## 5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA

A presente análise foi elaborada tendo em conta a situação patrimonial do Grupo Público do Município de Braga, reportada a 31 de dezembro de 2021.

### 5.1. Demonstração de Resultados Consolidados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se que o Grupo Municipal gerou um total de **Gastos** no montante de **143 milhões de euros** e de **Rendimentos** no valor de **151 milhões de euros**, obtendo-se um **Resultado Líquido do Exercício dos detentores de capital da entidade mãe de 4 milhões de euros**.

Quadro 1 - Demonstração de Resultados Consolidados

	2021	2020
<b>Rendimentos</b>		
Impostos, contribuições e taxas	63 681 583,51	53 718 909,64
Vendas	8 138 904,82	16 701,83
Prestações de serviços e concessões	31 318 328,44	36 246 991,47
Rendimentos/Gastos imputados de ent. contr., associadas e empreend. conj.	19 441,94	91 365,70
Transferências e subsídios correntes obtidos	38 122 750,37	33 855 672,72
Trabalhos para a própria entidade	948 888,59	846 297,85
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	61 142,32	
Juros e rendimentos similares obtidos	181 026,11	149 613,78
Outros rendimentos	8 413 418,64	7 095 432,53
	<b>150 885 484,74</b>	<b>132 020 985,52</b>
<b>Gastos</b>		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 658 360,39	3 290 947,85
Fornecimentos e serviços externos	37 953 725,17	35 943 857,58
Gastos com pessoal	57 190 378,32	50 619 129,74
Transferências e subsídios concedidos	13 723 056,83	12 555 461,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	748 216,79
Provisões (aumentos/reduções)	755 383,21	453 071,95
Outros gastos	6 486 994,33	3 611 432,18
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23 063 591,85	22 919 504,90
Juros e gastos similares suportados	604 586,79	822 920,54
	<b>143 436 076,89</b>	<b>130 964 542,53</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>7 449 407,85</b>	<b>1 056 442,99</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	<b>3 416 315,27</b>	<b>3 286 835,23</b>
<b>Resultado líquido atribuível aos detentores de capital da entidade mãe</b>	<b>4 033 092,58</b>	<b>2 230 392,24</b>

### 5.1.1. Análise da Estrutura dos Custos

O quadro infra reflete os custos incorridos pelo grupo nos anos de 2020 e 2021 e respetivas variações absolutas e relativas.

Quadro 2 - Tabela de Variações Absolutas e Variações Relativas dos Custos Consolidados

Descrição	2020	2021	Peso	Variação 2020/2021	Variação 2020/2021%
CMVMC	3 290 948	3 658 360	2,55%	367 413	11,16%
Fornecimentos e serviços externos	35 943 858	37 953 725	26,46%	2 009 868	5,59%
Gastos com o pessoal	50 619 130	57 190 378	39,87%	6 571 249	12,98%
Transferências e subsídios concedidos	12 555 461	13 723 057	9,57%	1 167 596	9,30%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	22 919 505	23 063 592	16,08%	144 087	0,63%
Provisões	453 072	755 383	0,53%	302 311	66,72%
Juros e gastos similares suportados	822 921	604 587	0,42%	-218 334	-26,53%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	748 217	0	0,00%	-748 217	-100,00%
Outros gastos	3 611 432	6 486 994	4,52%	2 875 562	79,62%
<b>Total</b>	<b>130 964 543</b>	<b>143 436 077</b>	<b>100%</b>	<b>12 471 534</b>	<b>9,52%</b>

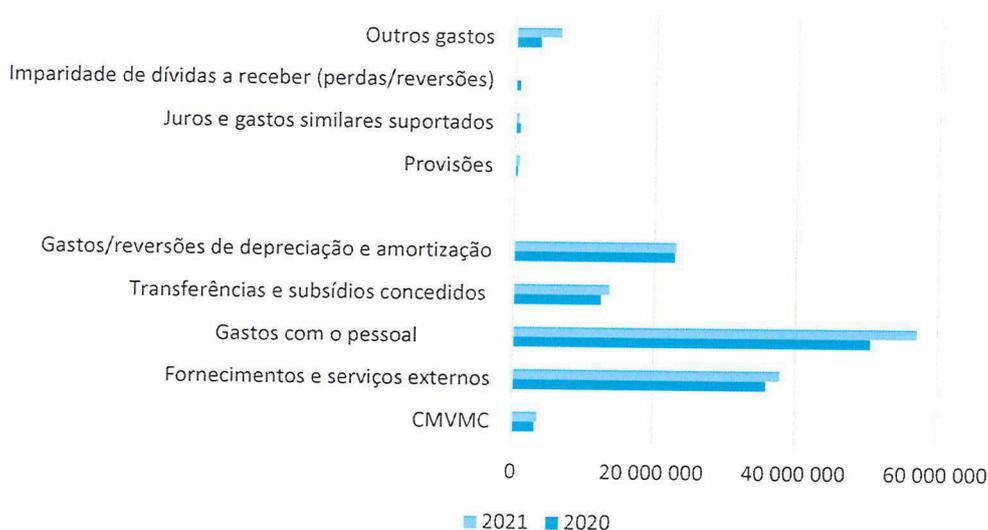
Como verificamos da análise do quadro acima, das oscilações entre os períodos homólogos (2020-2021), realça-se os seguintes pontos, por ordem de grandeza:

- (i) **aumento dos outros gastos em 2,9 milhões de euros**, justificado pelo aumento registado nas demonstrações financeiras individuais do grupo público consolidado e, em especial, da entidade mãe.
- (ii) **aumento das transferências e subsídios concedidos em 1,2 milhões de euros**, em decurso da necessidade de acautelar um maior apoio às entidades do setor público local e instituições sem fins lucrativos, no âmbito do contexto pandémico vivido em 2020 e 2021;
- (iii) **gastos com o pessoal em 6,6 milhões de euros** - este crescimento é justificado pelas reposições salariais, valorizações remuneratórias resultantes do SIADAP, aumento do número de colaboradores, atualização do salário mínimo nacional e os respetivos encargos sociais, bem como ao pagamento da sentença condenatória relativa às horas extraordinárias do ano de 2016, refletidos na empresa mãe.

- (iv) o aumento de 2 milhões de euros registado na rubrica de fornecimentos e serviços externos – decorrente dos aumentos registados nas demonstrações financeiras individuais do grupo público consolidado e, em especial, da entidade mãe.

De forma a permitir uma análise visualmente mais facilitadora é apresentado a figura seguinte que ilustra a evolução comparativa dos custos consolidados.

**Figura 1- Comparativo da Estrutura de Custos Consolidados**



### 5.1.2. Análise da Estrutura dos Proveitos

Por comparação com o período homólogo, o grupo municipal regista em 2021 um aumento global dos seus **proveitos em 18,9 milhões de euros**, o que significa, em termos percentuais, um aumento de 13,35%.

**Quadro 3 - Variações Absolutas e Variações Relativas dos Proveitos dos Proveitos Consolidados**

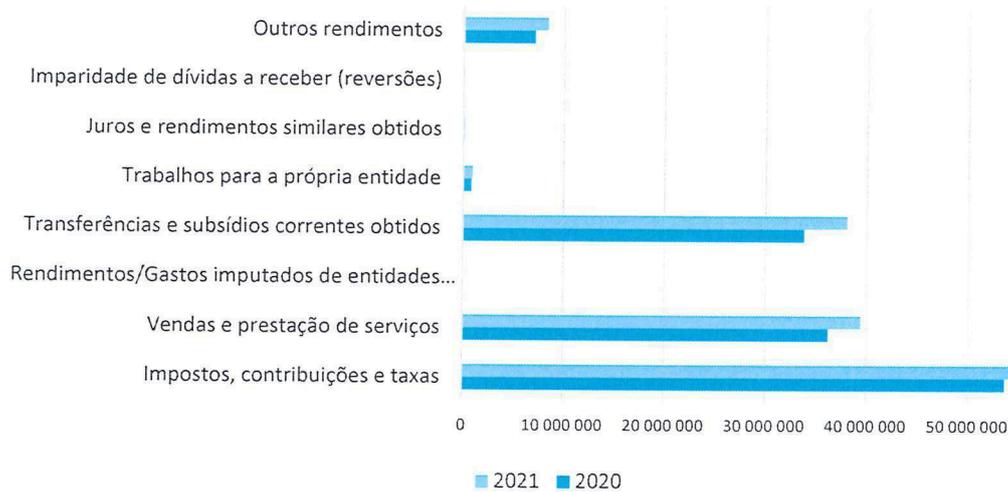
Descrição	2020	2021	Peso	Variação 2020/2021	Variação 2020/2021%
Impostos, contribuições e taxas	53 718 910	63 681 584	42,21%	9 962 674	18,55%
Vendas e prestação de serviços	36 263 693	39 457 233	26,15%	3 193 540	8,81%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e emp. conj.	91 366	19 442	0,01%	-71 924	-78,72%
Transferências e subsídios correntes obtidos	33 855 673	38 122 750	25,27%	4 267 078	12,60%
Trabalhos para a própria entidade	846 298	948 889	0,63%	102 591	12,12%
Juros e rendimentos similares obtidos	149 614	181 026	0,12%	31 412	21,00%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0	61 142	0,04%	61 142	-
Outros rendimentos	7 095 433	8 413 419	5,58%	1 317 986	18,58%
<b>Total</b>	<b>132 020 986</b>	<b>150 885 485</b>	<b>100%</b>	<b>18 864 499</b>	<b>14,29%</b>

A variação verificada resulta do comportamento das seguintes rubricas:

- (i) **o aumento da rubrica imposto, contribuições e taxas em aproximadamente 10 milhões de euros**– resulta da variação contabilizada globalmente nas demonstrações financeiras individuais do grupo consolidado.
- (ii) **o aumento da rubrica de vendas e prestações de serviços, na proporção de 3,2 milhões de euros**, como resultado, em grande medida, dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município.
- (iii) **o aumento na rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos de 4,2 milhões de euros** – como resultado, em grande medida, dos efeitos contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do município.

A figura seguinte ilustra a evolução comparativa dos proveitos consolidados do grupo.

**Figura 2 - Comparativo da Estrutura de Proveitos Consolidados**



O resultado líquido do exercício atribuível aos detentores de capital da entidade mãe é de **4 033 092,58 €**. Por comparação com o período homólogo, verifica-se um aumento significativo do resultado atribuível aos detentores de capital da entidade-mãe.

## 5.2. Análise da Estrutura do Balanço Consolidado

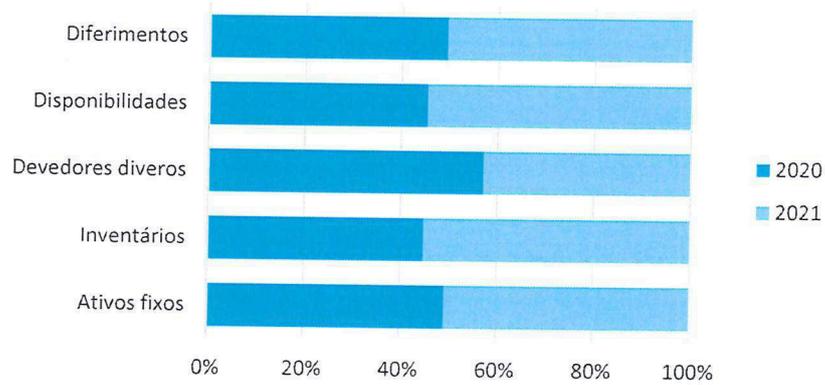
Através da análise do balanço é possível apreciar a situação financeira do grupo municipal a 31 de dezembro de 2021, conforme determinam as normas de consolidação de contas autárquicas. Assim, os quadros abaixo refletem a estrutura e a evolução patrimonial deste Município nos exercícios de 2020 e 2021.

	2020	2021
Ativos fixos	623 994 530	641 884 665
Inventários	1 095 217	1 343 857
Devedores diversos	60 702 581	45 406 922
Disponibilidades	6 095 215	7 323 592
Diferimentos	2 447 126	2 498 148
<b>ATIVO</b>	<b>694 334 669</b>	<b>698 457 185</b>
Património	192 159 694	192 159 694
Ajustamentos em ativos financeiros	4 033 167	-3 541 834
Prémios de emissão	0	389 704
Reservas	12 810 313	13 353 881
Resultados transitados	183 646 143	178 161 154
Outras variações no PL	126 386 371	138 056 370
Resultado líquido do exercício	-2 230 392	4 033 093
Interesses que não controlam	39 303 570	39 009 383
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>556 108 867</b>	<b>561 621 444</b>
Provisões	10 175 089	5 910 472
Financiamentos obtidos	74 850 433	51 930 411
Diferimentos	5 790 497	5 964 500
Credores diversos	47 409 783	73 030 358
<b>PASSIVO</b>	<b>138 225 803</b>	<b>136 835 741</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO + PASSIVO</b>	<b>694 334 669</b>	<b>698 457 185</b>

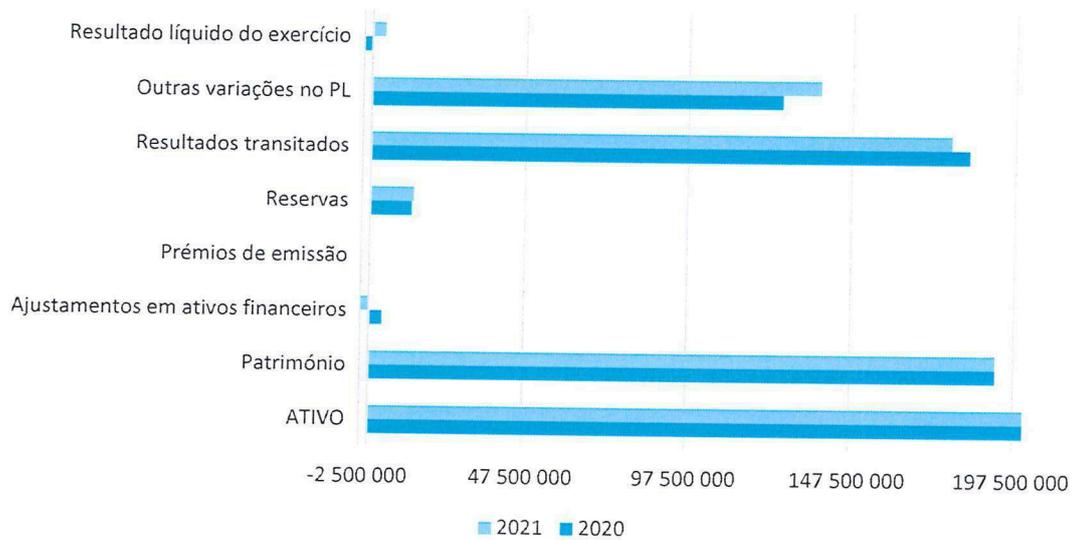
O ativo apresenta um aumento do ano 2020 para 2021 no valor de 4 milhões de euros que contraria de decréscimo do valor do passivo no valor de 1,3 milhões de euros. Sublinhe-se o aumento do património líquido no valor de 5,5 milhões destacando-se a apresentação de um resultado líquido do exercício conjunto positivo no valor aproximado de 4 milhões.

As figuras que se seguem permitem uma melhor visualização dos membros do balanço, assim como da evolução distributiva das respetivas rubricas, no biénio 2020-2021

**Figura 3 - Comparativo da Evolução do Ativo Consolidado**



**Figura 4 - Comparativo da Evolução dos Fundos Próprios e Passivo Consolidado**



### 5.3. Indicadores de Análise

Os indicadores de liquidez permitem analisar o equilíbrio entre as aplicações e obrigações, por outras palavras, avaliam a capacidade do grupo fazer face aos seus compromissos de capital próprio. No exercício económico de 2021, os indicadores liquidez geral e liquidez reduzida apresentam uma evolução desfavorável, com especial relevo para o rácio de liquidez geral (que incide sobre a capacidade de fazer face às responsabilidades de curto prazo) que apresenta uma variação negativa em 0,29 p.p.. Destaca-se o ligeiro aumento da liquidez imediata resultante do aumento dos meios financeiros líquidos no valor de 1,2 milhões de euros.

Quadro 4 – Rácios de Liquidez

	2020	2021
Ativo Circulante	70 340 139,43	56 572 519,69
Passivo Circulante	60 661 407,30	64 752 587,95
<b>Liquidez Geral (LG)</b>	<b>1,16</b>	<b>0,87</b>
Ativo Circulante-Existências	69 244 922,22	55 228 662,38
Passivo Circulante	60 661 407,30	64 752 587,95
<b>Liquidez Reduzida (LR)</b>	<b>1,14</b>	<b>0,85</b>
Meios Financeiros Líquidos	6 095 215,06	7 323 592,01
Passivo Circulante	60 661 407,30	64 752 587,95
<b>Liquidez Imediata (LI)</b>	<b>0,10</b>	<b>0,11</b>

Para o cálculo da Autonomia Financeira, utilizamos o quociente entre os Fundos Próprios e o valor total do Ativo. Mais se acrescenta que este rácio pode variar dependendo da política económica utilizada pelo grupo. O valor referente aos anos de 2020 e 2021 permite-nos concluir que o grupo financia maioritariamente o seu ativo recorrendo a fundos próprios.

Podemos destacar que o rácio de autonomia financeira de 2020 para 2021 teve um acréscimo de 0.32pp, no entanto deverá manter-se uma política económica mais conservadora com a vista à redução do seu endividamento.

Relativamente ao rácio de solvabilidade, o grupo apresenta um relativo equilíbrio visto que os fundos próprios são superiores aos capitais alheios.

**Quadro 5 – Rácios de Solvabilidade**

Rácios de Solvabilidade	2020	2021
Autonomia Financeira	80,09%	80,41%
Rácio de Solvabilidade	4,02	4,10
Rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios	24,86%	24,36%

No que respeita ao rácio do Passivo sobre os Fundos Próprios é possível concluir que o grupo tem reduzido de forma substancial o seu nível de endividamento, podendo esta conclusão ser reforçada pelo rácio de autonomia financeira.

**Quadro 6 – Rácios de Endividamento**

Rácios de Endividamento	2020	2021
Rácio de Endividamento	19,91%	19,59%
Rácio de Endividamento Médio e longo Prazo	11,17%	10,32%
Rácio de Endividamento Curto Prazo	8,74%	9,27%

Os rácios de endividamento são apresentados com uma ligeira diminuição percentual de 2020 para 2021. Destaca-se o rácio de endividamento de curto prazo que, contrariamente ao rácio de endividamento geral, apresenta um ligeiro aumento de 0,53 pp.

#### 5.4. Apuramento do Nível de Endividamento do Grupo Municipal

O nível de endividamento do Grupo Municipal, apurado por recurso ao balanço consolidado, ascende a 136 835 740,95€, líquido de saldos credores decorrentes de operações recíprocas, assim apurado.

	2021	2020
<b>PASSIVO</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	5 910 472,37	10 175 089,16
Financiamentos obtidos	51 930 410,66	57 303 974,31
Fornecedores de investimento	0,00	0
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0
Diferimentos	0,00	0
Passivos por impostos diferidos	0,00	0
Fornecedores	0,00	0
Outras contas a pagar	14 242 269,97	10 085 331,85
	<b>72 083 153,00</b>	<b>77 564 395,32</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	58 920,00	45 327,92
Fornecedores	11 671 035,66	10 872 282,62
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	549 147,39	301 840,15
Estado e outros entes públicos	1 306 471,30	958 458,54
Acionistas/sócios/associados	6 015 641,86	5 030 347,25
Financiamentos obtidos	20 213 811,17	17 546 459,02
Fornecedores de investimentos	2 835 646,90	5 502 893,78
Outras contas a pagar	16 137 413,82	14 613 301,15
Diferimentos	5 964 499,85	5 790 496,87
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0
Outros passivos financeiros	0,00	0
	<b>64 752 587,95</b>	<b>60 661 407,30</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>136 835 740,95</b>	<b>138 225 802,62</b>

## 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 6.1. Balanço Consolidado

	Notas	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	611 329 255,93	597 778 399,84
Propriedades de investimento	8	0,00	11 131 686,69
Ativos intangíveis	3	1 131 891,95	822 033,54
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		12 264 997,99	13 428 725,69
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		97 042,79	63 231,97
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber	23	17 061 476,72	770 452,06
		<b>641 884 665,38</b>	<b>623 994 529,79</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	1 343 857,31	1 095 217,21
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		4 787 941,09	1 421 089,29
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes	23	5 470 831,31	5 925 523,23
Estado e outros entes públicos	23	2 385 998,80	1 047 611,80
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	23	32 762 150,72	52 308 357,09
Diferimentos		2 498 148,45	2 447 125,75
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.5	7 323 592,01	6 095 215,06
		<b>56 572 519,69</b>	<b>70 340 139,43</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>698 457 185,07</b>	<b>694 334 669,22</b>

	Notas	2021	2020
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>			
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital		192 159 694,49	192 159 694,49
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		389 703,72	389 703,72
Reservas		13 353 881,49	12 810 312,96
Resultados transitados		178 161 153,70	183 646 142,70
Ajustamentos em ativos financeiros		3 435 193,11	4 033 167,34
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no património líquido		131 079 342,45	125 996 667,65
Resultado líquido do período		4 033 092,58	-2 230 392,24
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		39 009 382,57	39 303 569,99
<b>Total do Património Líquido</b>		<b>561 621 444,12</b>	<b>556 108 866,60</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	15	5 910 472,37	10 175 089,16
Financiamentos obtidos	7	51 930 410,66	57 303 974,31
Fornecedores de investimento		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23	14 242 269,97	10 085 331,85
		<b>72 083 153,00</b>	<b>77 564 395,32</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		58 920,00	45 327,92
Fornecedores	23	11 671 035,66	10 872 282,62
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	23	549 147,39	301 840,15
Estado e outros entes públicos	23	1 306 471,30	958 458,54
Acionistas/sócios/associados		6 015 641,86	5 030 347,25
Financiamentos obtidos	7	20 213 811,17	17 546 459,02
Fornecedores de investimentos	23	2 835 646,90	5 502 893,78
Outras contas a pagar	23	16 137 413,82	14 613 301,15
Diferimentos		5 964 499,85	5 790 496,87
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<b>64 752 587,95</b>	<b>60 661 407,30</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>136 835 740,95</b>	<b>138 225 802,62</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>		<b>698 457 185,07</b>	<b>694 334 669,22</b>

## 6.2. Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	23	63 681 583,51	53 718 909,64
Vendas	23	8 138 904,82	16 701,83
Prestações de serviços e concessões	23	31 318 328,44	36 246 991,47
Rendimentos/Gastos imputados de entidades contr., assoc. e empreend. conj.	23	19 441,94	91 365,70
Transferências e subsídios correntes obtidos	23	38 122 750,37	33 855 672,72
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	23	948 888,59	846 297,85
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	-3 658 360,39	-3 290 947,85
Fornecimentos e serviços externos	23	-37 953 725,17	-35 943 857,58
Gastos com pessoal	23	-57 190 378,32	-50 619 129,74
Transferências e subsídios concedidos	23	-13 723 056,83	-12 555 461,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	23	61 142,32	-748 216,79
Provisões (aumentos/reduções)	23	-755 383,21	-453 071,95
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	23	8 413 418,64	7 095 432,53
Outros gastos	23	-6 486 994,33	-3 611 432,18
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>30 936 560,38</b>	<b>24 649 254,65</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23	-23 063 591,85	-22 919 504,90
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>7 872 968,53</b>	<b>1 729 749,75</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	181 026,11	149 613,78
Juros e gastos similares suportados	23	-604 586,79	-822 920,54
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>7 449 407,85</b>	<b>1 056 442,99</b>
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>7 449 407,85</b>	<b>1 056 442,99</b>
<b>Interesses que não controlam</b>		<b>-3 416 315,27</b>	<b>-3 286 835,23</b>
<b>Resultado Líquido do Período atribuível a detentores do capital da empresa-mãe</b>		<b>4 033 092,58</b>	<b>-2 230 392,24</b>

### 6.3 Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	2021	2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		0,00	
Recebimentos de clientes		47 281 928,46	44 605 184,55
Recebimentos de contribuintes		60 212 824,58	51 783 533,64
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		30 164 443,34	23 371 053,97
Recebimentos de utentes		206 002,35	63 938,39
Pagamentos a fornecedores		-45 621 131,79	-44 541 867,07
Pagamentos ao pessoal		-51 742 760,27	-48 335 785,52
Pagamentos a contribuintes / Utes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-22 014 769,63	-25 580 929,56
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		18 486 537,04	1 365 128,40
Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-1 547 719,97	-2 270 056,71
Outros recebimentos		3 563 570,70	24 550 088,76
Outros pagamentos		-9 661 238,78	-4 813 333,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		10 841 148,99	18 831 827,26
		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		-14 274 976,44	-21 801 016,47
Ativos intangíveis		-1 082 314,71	-235 390,81
Propriedades de investimento		0,00	-479 928,45
Investimentos financeiros		-212 591,72	-143 357,65
Outros ativos		-877 211,27	-2 877 639,72
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis		4 162 483,06	466 055,46
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	2 921 593,35
Investimentos financeiros		264 430,19	82 050,04
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		5 782 836,71	5 891 517,39
Transferências de capital		2 169 633,34	2 958 737,99
Juros e rendimentos similares		226,61	298,43
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 964 422,13	-13 217 080,44
		0,00	0,00
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		0,00	0,00



Financiamentos obtidos	23 136 000,00	27 884 777,33
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	-26 914 987,47	-29 531 274,25
Juros e gastos similares	-424 775,33	-411 199,24
Dividendos	-1 341 525,01	-1 751 273,33
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-6 648 349,91	-3 808 969,49
	0,00	0,00
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>	1 228 376,95	1 805 759,48
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	6 095 215,06	4 281 650,33
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	7 323 592,01	6 095 215,06
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	6 095 215,06	4 281 650,33
- Equivalentes a caixa no início do período	-1 874 798,30	-1 758 507,85
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	1 874 798,30	1 758 507,85
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior	6 095 215,06	4 281 650,33
De execução orçamental	3 429 150,92	1 647 298,49
De operações de tesouraria	2 666 064,14	2 634 351,84
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	7 323 592,01	6 095 215,06
- Equivalentes a caixa no fim do período	-2 551 491,66	-1 874 798,30
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	2 551 491,66	1 874 798,30
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00
<b>= Saldo para a gerência seguinte</b>	7 323 592,01	6 095 215,06
De execução orçamental	4 014 418,51	3 422 477,12
De operações de tesouraria	3 309 173,50	2 672 737,94

### 6.4 Demonstração consolidada das alterações no patrimônio líquido

Descrição	Capital/ Patrimônio subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
<b>Posição no início do período</b>	192.159.694,49	0,00	0,00	389.703,72	12.810.312,96	183.646.142,70	4.033.167,34	0,00	125.996.667,65	-2.230.392,24	516.805.296,61	39.303.569,99	556.108.866,60
Alterações no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeira adoção de novo referencial contábilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respectivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.925.995,70	0,00	0,00	3.892.375,59	0,00	3.892.375,59	0,00	3.892.375,59
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	543.568,54	-3.558.993,31	-597.974,23	0,00	1.190.299,22	2.230.392,24	-192.707,54	0,00	-1.925.995,70
	0,00	0,00	0,00	0,00	543.568,54	-5.484.989,01	-597.974,23	0,00	5.082.674,81	2.230.392,24	1.773.672,35	-3.710.502,68	-3.903.210,22
<b>Resultado Líquido do Período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.033.092,58	4.033.092,58	3.416.315,27	7.449.407,85
<b>Resultado Integral</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.263.484,83	5.806.764,94	-294.187,41	5.512.577,52
Operações com detentores de capital no período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Posição fim período</b>	192.159.694,49	0,00	0,00	389.703,72	13.353.881,49	178.161.153,70	3.435.193,11	0,00	131.079.342,46	4.033.092,58	522.612.061,55	39.009.382,57	561.621.444,12

## **7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

### **Nota I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas**

#### **1.1) Entidades incluídas no perímetro de consolidação**

**AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. – Participação 51% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;**

É uma empresa pública municipal que tem como atividade principal a captação, tratamento e adução de água e sua distribuição para consumos domiciliários e outros, mediante venda direta. A sua sede localiza-se na Praça Conde Agrolongo, nº 115 em Braga.

**BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;**

Tem como atividade a promoção e gestão de apoios ao arrendamento e a recuperação de habitação degradada, assim como, a prestação de serviços na área da educação e ação social. A sua sede localiza-se na rua D. Paio Mendes, nº 51 em Braga.

**IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. - Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;**

A Investbraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais e estrangeiros. A sua sede localiza-se na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves em Braga.

**TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;**

A TUB tem como objeto a prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros. Pode também exercer atividades acessórias, designadamente atividades complementares ou subsidiárias de exploração dos transportes coletivos de passageiros e de transportes escolares. A sua sede localiza-se na Rua Quinta de Santa Maria – Maximinos – Braga.

**TEATRO CIRCO DE BRAGA, E.M. – Participação 100% nos termos do nº 3 do art.75º do REFALEI;**

O Teatro Circo de Braga tem por objeto social a realização de atividades culturais, de acordo com os princípios de interesse público e as orientações da câmara municipal de Braga para a programação anual do teatro. A sua sede localiza-se na Avenida da Liberdade, 697 – Braga.

Advém realçar que o Município de Braga controla indiretamente, por intermédio da AGERE, a sociedade BRAVAL detendo aquela (AGERE) 79% desta. Não obstante, considerando o disposto no n.º 2 do art.º 68.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e atendendo a que nas contas da AGERE foi utilizado o método da equivalência patrimonial para a relevação da participação financeira na BRAVAL, optou-se por não utilizar outro método de consolidação/ajustamento.

#### Outras entidades participadas:

Participações em entidades societárias	Participações em entidades não societárias
ABC de Braga-Andebol SAD	ANMP- Assoc. Nac. Municípios Portugueses
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	APMCH - Assoc. Portuguesa dos Municípios com Centro
MARB - Merc. Abast. da Região de Braga, SA	CIM Cávado-Comunidade Intermunicipal do Cávado
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Fundação Bracara Augusta
	Eixo Atlântico Noroeste Peninsular
	Turismo do Porto e Norte de Portugal
	Associação de Municípios de fins específicos
	Quadrilátero Urbano
	Associação de Turismo do Porto
	Fundação Serralves

#### 1.2) Entidades excluídas da consolidação

Não aplicável.

### 1.3) Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Designação	Investimento financeiro
ABC de Braga-Andebol SAD	0€
SGEB - Soc. Gestora Equipamentos Braga	126.490,83€
BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	8.785.766,16€

- **ABC**

O município não obteve tempestivamente os documentos de prestação de contas, para efeitos da atualização do valor da participação financeira.

- **SGEB, SA**

No seguimento da deliberação da AM, de 4 de dezembro de 2020, o processo referente à dissolução e liquidação da SGEB, por transmissão global do património (ativo e passivo) para o Município de Braga, foi submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (TdC). Afim de completar o estudo, veio, aquele tribunal, solicitar ao município um conjunto de esclarecimentos adicionais. No seguimento dos esclarecimentos prestados pelo município, foi decidido pelo tribunal, em sessão diária de visto (10 de janeiro de 2022), devolver, ao município de Braga, o ato submetido a fiscalização prévia para, querendo, o município pudesse exercer o seu direito de contraditório, designadamente melhor fundamentar o enquadramento legal, tendo em consideração o quadro legal em vigor, da operação de extinção/dissolução da SGEB.

Desta feita, em face da dificuldade demonstrada pelo TdC em visar a operação de dissolução e liquidação da SGEB, nos moldes propostos pelo município, foi opção do município, aguardar pela publicação da lei que irá aprovar o orçamento do Estado para 2022, no sentido de perceber se a mesma incorporaria eventual disposição legal, como vai acontecer, que permitisse dar cobertura à operação submetida a visto, e responder às dúvidas suscitadas pelo TdC com fundamento neste novo quadro legal.

Em suma, o processo submetido a visto continua ativo, aguardando pronúncia do município.

- **BRAVAL, SA**

A BRAVAL corporiza um Sistema Multimunicipal de Gestão de Resíduos Urbanos, tendo celebrado em 9 de outubro de 1996 um Contrato de Concessão com o Estado Português, entretanto objeto

de atenção, orientação e intervenção pelo despacho do Senhor Secretário de Estado do Ambiente n.º 32/SEAMB/2018, de 26 de junho, na sequência do qual foi constituído um grupo de trabalho que integrou elementos do Gabinete de Sua Excelência o Secretário do Ambiente, da Entidade Reguladora dos Sistemas de Águas e Resíduos, da BRAVAL, da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para transformação da estrutura acionista e natureza do sistema.

Nesta sequência, o Grupo de Trabalho elaborou um Relatório, nos termos do qual coube à BRAVAL promover as medidas tendentes à regularização dessa estrutura acionista e a execução das ações conducentes ao término da concessão, bem como a promoção das ações para constituição de um sistema intermunicipal.

Por conseguinte, encontram-se em curso ações subjacentes ao termo da vigência do contrato de concessão, em sucedâneo com a constituição de sistema intermunicipal de gestão de serviços de resíduos urbanos, e consequente regularização acionista da BRAVAL.

#### **1.4) Métodos de Consolidação**

Os métodos de consolidação adotados na consolidação de contas do Município de Braga foram o método de consolidação integral, para as entidades onde o município exerce controlo, a saber: Agere - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM, BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, EM, IB – Agência para a Dinamização Económica, EM, TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM e Teatro Circo de Braga, EM.

O Método de Consolidação Integral consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas

Ao preparar as Demonstrações Financeiras Consolidadas foram agregadas as Demonstrações Financeiras do município e das suas subsidiárias, linha a linha adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, custos e perdas e de proveitos e ganhos. Foi eliminada a quantia escriturada da participação financeira do município em cada subsidiária e a parte do capital próprio em cada entidade consolidada.

Os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas foram identificados separadamente do capital próprio do município (AGERE – 49%).

Os saldos, transações, custos e perdas e proveitos e ganhos intra – grupo foram identificados, conciliados e eliminados por inteiro.

### 1.5) Caixa e depósitos

Para efeitos de caixa e equivalentes são considerados os valores em numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Conta	2021		2020	
<b>Caixa</b>		<b>46 481,19</b>		<b>47 875,62</b>
<b>Depósitos à ordem</b>		<b>4 691 204,01</b>		<b>3 633 485,99</b>
Depósitos bancários à ordem	4 691 204,01		3 633 485,99	
<b>Outros depósitos</b>		<b>2 585 906,81</b>		<b>2 413 853,45</b>
Depósitos a prazo	27 695,15		539 055,15	
Depósitos consignados	2 558 211,66		1 874 798,30	
<b>Total</b>		<b>7 323 592,01</b>		<b>6 095 215,06</b>

### Nota II - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade, sempre que a informação esteve tempestivamente disponível.

#### Nos movimentos de 2021:

- i) **ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento** - todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo.
- ii) **ativos intangíveis** - todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.
- iii) **participações financeiras** - também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.
- iv) **depreciações e amortizações** - correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência.

- v) **contas a receber** - as contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.
- vi) **inventários** - a mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

**Nota III – Ativos intangíveis**

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos intangíveis consolidados, bem como as respetivas amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	72 842,59	66 487,80	0,00	6 354,79	72 842,59	71 865,11	0,00	977,48
Programas de computador e sistemas de informação	5 314 897,74	4 902 920,11	0,00	411 977,63	5 868 464,30	5 220 805,68	0,00	647 658,62
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	403 701,12	0,00	0,00	403 701,12	483 255,85	0,00	0,00	483 255,85
<b>Total</b>	<b>5 791 441,45</b>	<b>4 969 407,91</b>	<b>0,00</b>	<b>822 033,54</b>	<b>6 424 562,74</b>	<b>5 292 670,79</b>	<b>0,00</b>	<b>1 131 891,95</b>

**Nota IV – Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com a informação fundamental. Este contrato refere-se somente ao Município de Braga.

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 A	-			
Construção e Exploração de Complexo Desportivo Integrado	Supera Arieiro, SA.	27/03/2019	40 A	1 050 001,00			
Direito de ocupação de um Bar - Esplanada	Colinatrum Café - Restauração Hotelaria e Lazer, Lda.	17/06/1999	25 A	249,40			
Concessão Construção e Concessão de Exploração do Tanatório de Braga	Tomás de Oliveira, Empreiteiros, S.A. E Toelta - Gestão de Investimentos e Concessões, S.A. Em Consórcio de Braga	Após entrada em funcionamento	30 A	3% do valor da faturação			

O município não aplicou a NCP 4, a qual requeria que se efetuasse o registo de todos os ativos incluídos na concessão (e registados pela concessionária como ativo intangível) no ativo fixo tangível municipal. Tal não foi possível por falta de informação da concessionária acerca dos bens incluídos na concessão, e com o necessário rigor e detalhe, para o município poder efetuar os correspondentes registos contabilísticos, nos termos previstos no normativo aplicável (NCP 4).

No que respeita ao segundo acordo de concessão, importa sublinhar que a faturação e os correspondentes rendimentos compreendem apenas 70% do valor contratado.

### Nota V – Ativos fixos tangíveis

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da quantia escriturada dos ativos tangíveis consolidados, bem como as respetivas depreciações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4) (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8) (8)
<b>Bens de domínio público, pat. histórico, artístico e cultural</b>								
Terrenos e recursos naturais	27 043 880,80	598,56	0,00	27 043 282,24	27 612 342,82	598,56	0,00	27 611 744,26
Edifícios e outras construções	18 943 093,01	5 195 535,88	0,00	13 747 557,13	19 820 947,65	6 604 805,39	0,00	13 216 142,26
Infraestruturas	255 680 130,16	181 491 203,10	0,00	74 188 927,06	259 795 683,94	190 034 986,99	0,00	69 760 696,95
Património histórico, artístico e cultural	269 720,12	45 903,27	0,00	223 816,85	200 525,57	74 824,68	0,00	125 700,89
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>301 936 824,09</b>	<b>186 733 240,81</b>	<b>0,00</b>	<b>115 203 583,28</b>	<b>307 429 499,98</b>	<b>196 715 215,62</b>	<b>0,00</b>	<b>110 714 284,36</b>
<b>Outros ativos fixos tangíveis</b>								
Terrenos e recursos naturais	98 703 194,13	0,00	0,00	98 703 194,13	101 289 820,45	0,00	0,00	101 289 820,45
Edifícios e outras construções	307 512 769,49	55 576 315,58	0,00	252 596 403,26	325 850 543,74	62 322 244,25	0,00	264 188 248,84
Equipamento básico	197 968 408,52	99 528 882,15	0,00	97 775 310,74	207 800 457,61	106 359 336,40	263 910,49	100 515 367,86
Equipamento de transporte	11 312 049,43	8 073 689,53	0,00	3 238 359,90	12 403 616,07	8 596 730,77	0,00	3 806 885,30
Equipamento administrativo	13 119 101,05	10 614 930,92	0,00	2 504 170,13	13 730 725,39	11 606 613,04	0,00	2 124 112,35
Equipamentos biológicos	6 928,14	6 110,95	0,00	817,19	6 065,74	5 461,63	0,00	604,11
Outros	3 382 475,57	2 463 643,84	0,00	918 831,73	3 526 525,42	2 597 449,29	0,00	929 076,13
Ativos fixos tangíveis em curso	26 837 729,48	0,00	0,00	26 837 729,48	27 760 856,53	0,00	0,00	27 760 856,53
	<b>658 842 655,81</b>	<b>176 263 572,97</b>	<b>0,00</b>	<b>482 574 816,56</b>	<b>692 368 610,95</b>	<b>191 487 835,38</b>	<b>263 910,49</b>	<b>500 614 971,57</b>
<b>Total</b>	<b>960 779 479,90</b>	<b>362 996 813,78</b>	<b>0,00</b>	<b>597 778 399,84</b>	<b>999 798 110,93</b>	<b>388 203 051,00</b>	<b>263 910,49</b>	<b>611 329 255,93</b>



## Nota VI – Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

O passivo elegível dos bens em regime de locação financeira à data, para cada categoria de ativo, detalha-se de seguinte forma:

	2021	2020
Equipamento básico	4 207 622,87	5 857 185,27
Equipamento do transporte	1 992 304,60	798 887,92
Outros imobilizações corpóreas	5 626,84	0,00
<b>Total</b>	<b>6 205 554,31</b>	<b>6 656 073,19</b>

## Nota VII – Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 o detalhe da rubrica de financiamento obtidos, consolidado, decomposto em corrente e não corrente é o seguinte:

	2021	2020
<b>Empréstimos bancários</b>		
Passivo corrente	20 213 811,17	17 546 459,02
Passivo não corrente	51 930 410,66	57 303 974,31
<b>Total</b>	<b>72 144 221,83</b>	<b>74 850 433,33</b>

### Nota VIII – Propriedades de Investimento

De seguida apresenta-se o quadro com as quantias escrituradas no início e no final do período, em propriedades de investimento:

Rubricas (1)	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (2)	Amortizações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia Bruta (6)	Amortizações acumuladas (7)	Perdas por imparidade acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
<b>Bens de domínio público</b>				0,00				0,00
Terrenos e recursos naturais	2 789 674,68			2 789 674,68				0,00
Edifícios e outras construções	9 052 949,59	3 176 324,24		5 876 625,35				0,00
Outras propriedades de investimento				0,00				0,00
Propriedades de investimento em curso	2 465 386,66			2 465 386,66				0,00
	<b>14 308 010,93</b>	<b>3 176 324,24</b>	<b>0,00</b>	<b>11 131 686,69</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A adoção do referencial contabilístico SNC-AP obrigou à reclassificação da conta Propriedades de Investimento, onde estavam registados os valores referentes às habitações sociais, para Ativos Fixos Tangíveis Edifícios e Outras Construções, da empresa municipal Bragahabit, EM.

## Nota X – Inventários

### 10.1 Inventários

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o detalhe da rubrica de Inventários consolidados é o seguinte:

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	13 349,08 €	- €	13 349,08 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 330 508,23 €	- €	1 330 508,23 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>1 343 857,31 €</b>		<b>1 343 857,31 €</b>

### 10.2 Inventários – Movimentos do Período

Rubricas	Quantia escriturada Inicial (1)	Movimentos do período						Quantia escriturada final (9) = (1)+ (2) - (3) -/+ (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
		Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários da produção (4)	Perdas por Imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	
Mercadorias	13 617,00 €	686,72 €	954,64 €	- €	- €	- €	- €	13 349,08 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 081 600,21 €	3 930 694,78 €	3 657 405,75 €	- €	- €	24 381,01 €	- €	1 330 508,23 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
<b>Total</b>	<b>1 095 217,21 €</b>	<b>3 931 381,50 €</b>	<b>3 658 360,39 €</b>	<b>- €</b>	<b>- €</b>	<b>24 381,01 €</b>	<b>- €</b>	<b>1 343 857,31 €</b>

### Nota XV – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nesta rubrica, a 31 de dezembro de 2021 encontra-se registado os valores de provisões constituídas para as seguintes contingências:

Rubricas	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final	
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões		Outras diminuições
Impostos, contribuições e taxas									
Garantias a cliente									
Processos judiciais em curso	10 175 089,16 €	755 383,21 €			755 383,21 €				
Acidentes de trabalho e doenças profissionais									
Matérias ambientais									
Contratos onerosos									
Reestruturação e reorganização									
Outras provisões									
<b>Total</b>	<b>10 175 089,16 €</b>	<b>755 383,21 €</b>			<b>755 383,21 €</b>			<b>5 000 000,00 €</b>	<b>5 930 472,37 €</b>

Do total de aumentos das provisões para processos judiciais em curso, refira-se que 20.000€ dizem respeito à empresa municipal TUB, EM, reconhecidas no balanço individual e consolidado na rubrica “outras contas a pagar”.



**23.1 Estado e Outros Entes Públicos**

Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de Estado e Outros Entes Públicos apresenta a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2021		2020	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o rendimento	278 153,86	18 131,36	249 230,76	18 170,65
Retenção de imposto sobre o rendimento	0,00	330 342,85	0,00	287 104,69
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 282 602,74	98 293,96	75 035,98	71 034,05
Outros impostos	5,00	308,58	32 012,26	596,34
Contribuições p/sistema de prot. social e subsist. de saúde	0,00	715 508,81	0,00	577 109,99
Tributos das autarquias locais	0,00	7 086,89	0,00	437,38
Outras tributações	688 767,95	329,60	691 332,80	4 005,54
<b>Total</b>	<b>2 249 529,55</b>	<b>1 170 002,05</b>	<b>1 047 611,80</b>	<b>958 458,64</b>

**23.2 Outras Contas a Receber e a Pagar**

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Outras Contas a Pagar e a Receber detalham-se da seguinte forma:

Outras contas a receber e pagar	2021	2020
<b>Saldos a receber</b>	<b>62 468 398,64 €</b>	<b>60 702 581,41 €</b>
Clientes c/c	5 470 831,31 €	5 925 523,23 €
Estado e outros entes públicos	2 385 998,80 €	1 047 611,80 €
Outros contas a receber	49 823 627,44 €	52 308 357,09 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	4 787 941,09 €	1 421 089,29 €
<b>Saldos a pagar</b>	<b>46 800 905,04 €</b>	<b>32 294 104,16 €</b>
Fornecedores c/c	11 671 035,66 €	10 872 282,62 €
Adiantamento a clientes	549 147,39 €	301 840,15 €
Estado e outros entes públicos	1 306 471,30 €	958 458,54 €
Credores por subsídios não reembolsáveis	58 920,00 €	45 327,92 €
Fornecedores de investimento	2 835 646,90 €	5 502 893,78 €
Outros contas a pagar	30 379 683,79 €	14 613 301,15 €

### 23.3 Réditos

O montante dos réditos reconhecidos durante o período, é proveniente de:

Réditos	2021	2020
Impostos, contribuições e taxas	63 681 583,51	53 718 909,64
Vendas	8 138 904,82	16 701,83
Prestações de serviços e concessões	31 318 328,44	36 246 991,47
Trabalhos para a própria entidade	948 888,59	846 297,85
Transferências correntes obtidas	38 122 750,37	33 855 672,72
Rendimentos/Gastos imputados de ent. contr., associadas e empreend. conjuntos	19 441,94	91 365,70
Imparidade de dívidas a receber	61 142,32	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	181 026,11	149 613,78
Outros rendimentos	8 413 418,64	7 095 432,53
<b>Total</b>	<b>150 885 484,74</b>	<b>132 020 985,52</b>

### 23.4 Gastos

O detalhe dos Gastos a 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

Gastos	2021	2020
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 658 360,39	3 290 947,85 €
Fornecimentos e serviços externos	37 953 725,17	35 943 857,58 €
Gastos com pessoal	57 190 378,32	50 619 129,74 €
Transferências e subsídios concedidos	13 723 056,83	12 555 461,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	748 216,79 €
Provisões (aumentos/reduções)	755 383,21	453 071,95 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	23 063 591,85	22 919 504,90 €
Juros e gastos similares suportados	604 586,79	822 920,54 €
Outros gastos	6 486 994,33	3 611 432,18 €
<b>Total</b>	<b>143 436 076,89 €</b>	<b>130 964 542,53 €</b>

### 23.5 Gastos com o Pessoal

No final de dezembro de 2021 o detalhe da conta Gastos com o Pessoal, foi como segue:

Gastos com Pessoal	2021	2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos aut.	338 662,60 €	353 147,37 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	359 515,86 €	333 412,62 €
Remunerações do pessoal	42 527 605,16 €	39 280 992,46 €
Benefícios pós-emprego	44 939,61 €	41 457,49 €
Indemnizações	- €	4 303,56 €
Encargos sobre remunerações	10 130 499,23 €	8 483 657,42 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	399 077,08 €	337 556,95 €
Gastos de ação social	25 372,79 €	19 443,14 €
Outros gastos com o pessoal	1 984 683,80 €	688 154,66 €
Outros encargos sociais	1 380 022,19 €	1 077 004,07 €
<b>Total</b>	<b>57 190 378,32 €</b>	<b>50 619 129,74 €</b>

### 23.6 Outras Informações relativas aos procedimentos de consolidação

23.6.1) - Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

#### ELIMINAÇÃO DO MEP

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
41		22 033 799,44
56	1 681 175,76	1 508 009,95
57	30 302 140,71	12 327 274,11
68		73 050,05
78	3 958 817,08	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>35 942 133,55</b>	<b>35 942 133,55</b>


**ELIMINAÇÃO DE SALDOS**

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
202	2 293 315,77	
211		3 567 422,82
221	135 290,29	
225	741 892,29	
263		425 000,00
265	16 291 024,66	
266	770 103,45	
272	275 392,76	20 634 772,78
278	425 000,00	17 321 313,78
431	1 109 949,35	450 000,00
432	453 465,28	973 900,00
438	49 709,45	191 117,59
561	21 055 694,08	1 603 837,64
594	1 568 900,00	
642	9 800,98	12 173,75
<b>TOTAL</b>	<b>45 179 538,36</b>	<b>45 179 538,36</b>

**ELIMINAÇÃO DE TRANSAÇÕES**

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
272	478 046,13	4 274 919,75
60		12 893 415,75
62		2 342 075,37
72	11 513 430,99	
75	7 518 933,75	
<b>TOTAL</b>	<b>19 510 410,87</b>	<b>19 510 410,87</b>

**ELIMINAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO
41		39 315 000,00
51	58 425 000,00	
54	4 159,07	
55	3 873 542,06	
56	12 992,29	
57	3 418 743,40	
59	9 173 630,49	
81	3 416 315,27	
Interesses que não controlam		39 009 382,57
<b>TOTAL</b>	<b>78 324 382,57</b>	<b>78 324 382,57</b>

Foi ajustado para efeitos de contas consolidadas, o montante reconhecido em resultados do exercício e resultados transitados, decorrentes dos contratos-programa, na participada AGERE no montante de 24.903.739,04 euros, em virtude de não estarem visadas pelo Tribunal de Contas e assim não serem passíveis de reconhecimento pelo Município de Braga.

**23.7 Outros**

O exercício de 2021 continuou marcado pela pandemia por Covid-19, o que colocou um conjunto de limitações à normal atividade de algumas entidades que compõem o perímetro municipal. Todavia, e apesar do contexto de incerteza, o Executivo e os respetivos órgãos de gestão dessas entidades continuaram a acompanhar os desenvolvimentos da situação e a avaliar continuamente os seus impactos diretos e indiretos, de forma a tomar as medidas necessárias para a minimização dos mesmos.

No dia 24 de fevereiro de 2022, deu-se a invasão da Ucrânia pela Rússia, tendo este conflito já originado um vasto conjunto de consequências - aumento generalizado dos preços, abrandamento do consumo e do investimento, instabilidade nos mercados financeiros, tensões políticas e sanções económicas aplicadas à Rússia e Bielorrússia, à escala mundial.

Apesar de ainda não se terem verificado impactos materialmente significativos na atividade do Grupo, o órgão executivo está a acompanhar de forma atenta os desenvolvimentos desta situação, a qual tem inerente um significativo grau de incerteza quanto à magnitude e extensão dos seus

efeitos. É nossa intenção proceder continuamente, com base na melhor informação disponível à data, a uma adequada avaliação dos impactos globais originados por este conflito, quer em termos económicos e financeiros, quer em termos operacionais e de evolução da atividade das entidades do perímetro municipal. Estamos também empenhados em implementar todas as medidas que se afigurem necessárias para minimizar os efeitos que daqui possam advir para o Grupo. Da análise efetuada, concluímos e reafirmamos enquanto órgão de gestão que, apesar dos impactos (ou potenciais impactos) decorrentes da situação descrita, o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras das entidades que compõem o perímetro de consolidação, se mantém apropriado.

## 8. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por natureza							
Rubrica	Liquidações	2021	2020	Rubrica	Obrigações	2021	2020
<b>Receita Corrente</b>		<b>2 429 135,67</b>	<b>3 166 586,48</b>				
R11	Impostos Diretos			D1	Despesa Corrente	<b>1 176 790,84</b>	<b>1 232 980,90</b>
R12	Impostos Indiretos	0,00	592 320,05	D11	Despesas com o pessoal	497 086,88	361 445,82
R2	Contribuições p/sistemas prot. social e subs	0,00	0,00	D12	Remunerações certas e permanentes	482 469,54	344 753,81
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	D13	Abonos variáveis ou eventuais	14 617,34	14 130,33
R4	Rendimentos de Propriedade	1 128 984,12	1 325 073,58	D2	Segurança Social	0,00	2 561,68
R5	Transferências e Subsídios Correntes	182 808,75	177 438,00	D3	Aquisição de bens e serviços	618 530,02	807 229,70
R6	Vendas de bens e serviços	1,95	1 612,25	D4	Juros e outros encargos	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	825 608,81	763 980,54	D41	Transferências e subsídios correntes	61 173,94	63 935,26
		291 732,04	306 162,06	D411	Transferências correntes	60 288,94	63 935,26
				D412	Administrações públicas	0,00	0,00
				D413	Entidades do setor não lucrativo	60 288,94	45 213,60
R8	<b>Receita Capital</b>	<b>88 412,44</b>	<b>88 412,44</b>	D414	Famílias	0,00	18 721,66
R9	Venda de bens investimento	0,00	0,00	D42	Outras	0,00	0,00
R10	Transferências e Subsídios de capital	88 412,44	88 412,44	D5	Subsídios correntes	885,00	0,00
R11	Outras receitas capital	0,00	0,00		Outras despesas correntes	0,00	370,12
	Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00				
<b>Receita Efetiva (1)</b>		<b>2 517 548,11</b>	<b>3 254 998,92</b>				
<b>Receita não efetiva (2)</b>		<b>0,00</b>	<b>410 250,20</b>				
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	410 250,20	D6	Despesa Capital	81 490,91	106 546,86
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	D7	Aquisição bens capital	81 490,91	106 546,86
				D8	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00
					Outras despesas de capital	0,00	0,00
<b>Receita total (3) = (1)+(2)</b>		<b>2 517 548,11</b>	<b>3 665 249,12</b>				
				D9	Despesa Efetiva (4)	1 258 281,75	1 339 527,76
				D10	Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00
					Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
					Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
					<b>Despesa total (6) = (4)+(5)</b>	<b>1 258 281,75</b>	<b>1 339 527,76</b>



# Câmara Municipal de Braga

## Demonstração do Desempenho Orçamental

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
<b>Saldo da gerência anterior</b>	0,00	0,00	182 134,07	0,00	2 666 064,14	2 848 198,21	2 718 884,28
Operações Orçamentais [1]	0,00	0,00	182 134,07	0,00	0,00	182 134,07	84 532,44
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	2 666 064,14	2 666 064,14	2 634 351,84
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Receita corrente</b>	101 489 871,45	0,00	956 404,36	0,00	0,00	102 446 275,81	92 422 230,00
R1 Receita Fiscal	53 949 722,86	0,00	0,00	0,00	0,00	53 949 722,86	50 482 218,42
R1.1 Impostos diretos	53 949 722,86	0,00	0,00	0,00	0,00	53 949 722,86	50 482 218,42
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	6 469 104,07	0,00	0,00	0,00	0,00	6 469 104,07	4 704 452,48
R4 Rendimentos de propriedade	3 971 866,83	0,00	0,00	0,00	0,00	3 971 866,83	2 921 891,78
R5 Transferências e subsídios correntes	35 716 595,50	0,00	956 404,36	0,00	0,00	36 672 999,86	33 079 850,47
R5.1 Transferências correntes	35 716 595,50	0,00	956 404,36	0,00	0,00	36 672 999,86	33 079 850,47
R5.1.1 Administrações Públicas	35 716 595,50	0,00	956 404,36	0,00	0,00	36 672 999,86	33 079 850,47
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	33 531 069,72	0,00	956 404,36	0,00	0,00	34 487 474,08	31 721 579,40
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	634 035,47	0,00	0,00	0,00	0,00	634 035,47	1 019 920,50
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	1 551 490,31	0,00	0,00	0,00	0,00	1 551 490,31	338 350,57
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	1 269 522,59	0,00	0,00	0,00	0,00	1 269 522,59	1 158 874,59
R7 Outras receitas correntes	113 059,60	0,00	0,00	0,00	0,00	113 059,60	74 942,26
<b>Receita de capital</b>	3 222 352,66	0,00	3 397 883,40	0,00	0,00	6 620 236,06	7 694 304,13
R8 Venda de bens de investimento	1 068 483,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1 068 483,92	413 797,61
R9 Transferências e subsídios de capital	2 153 868,74	0,00	3 397 883,40	0,00	0,00	5 551 752,14	7 280 506,52
R9.1 Transferências de capital	2 153 868,74	0,00	3 397 883,40	0,00	0,00	5 551 752,14	7 280 506,52
R9.1.1 Administrações Públicas	2 153 868,74	0,00	3 397 883,40	0,00	0,00	5 551 752,14	7 280 506,52
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	2 153 868,74	0,00	3 397 883,40	0,00	0,00	5 551 752,14	7 280 506,52
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	102 669,18	0,00	0,00	0,00	0,00	102 669,18	10 316,83
<b>Receita efetiva [2]</b>	104 814 893,29	0,00	4 354 287,76	0,00	0,00	109 169 181,05	100 126 850,96
<b>Receita não efetiva [3]</b>	324 553,77	0,00	0,00	8 700 000,00	0,00	9 024 553,77	9 682 718,75
R12 Receita com ativos financeiros	82 050,04	0,00	0,00	0,00	0,00	82 050,04	82 050,04
R13 Receita com passivos financeiros	242 503,73	0,00	0,00	8 700 000,00	0,00	8 942 503,73	9 600 668,71
<b>Soma [4]=[1]+[2]+[3]</b>	105 139 447,06	0,00	4 356 421,83	8 700 000,00	0,00	118 375 868,89	109 894 102,15
<b>Operações de tesouraria [B]</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	1 454 978,27	1 454 978,27	962 512,41

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						TOTAL	(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL		
<b>Despesa corrente</b>								
D1 Despesas com o pessoal	77 982 566,82	0,00	2 364 374,36	4 363 439,41	0,00	84 710 380,59	77 005 685,51	
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	33 771 171,64	0,00	462 701,01	243 787,30	0,00	34 477 659,95	31 406 522,60	
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	25 747 032,01	0,00	294 615,44	63 457,78	0,00	26 105 105,23	23 854 148,45	
D1.3 Segurança Social	865 600,60	0,00	11 787,70	9 852,01	0,00	887 240,31	711 984,93	
D2 Aquisição de bens e serviços	7 158 539,03	0,00	156 297,87	170 477,51	0,00	7 485 314,41	6 840 389,22	
D3 Juros e outros encargos	21 680 016,37	0,00	1 515 637,11	1 542 818,67	0,00	24 738 472,15	22 147 592,90	
D4 Transferências e subsídios correntes	47 634,46	0,00	528,37	1 233,70	0,00	49 396,53	78 567,26	
D4.1 Transferências correntes	21 503 272,36	0,00	288 349,33	2 479 729,25	0,00	24 271 350,94	22 184 364,16	
D4.1.1 Administrações Públicas	21 366 049,31	0,00	288 349,33	2 479 729,25	0,00	24 134 127,89	22 101 831,81	
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	5 780 124,35	0,00	19 627,00	708 772,28	0,00	6 508 523,63	6 634 091,23	
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	5 780 124,35	0,00	19 627,00	708 772,28	0,00	6 508 523,63	6 634 091,23	
D4.1.3 Famílias	3 887 753,34	0,00	263 990,05	775 091,70	0,00	4 926 835,09	4 543 075,71	
D4.1.4 Outras	2 329 686,20	0,00	4 732,28	0,00	0,00	2 334 418,48	1 405 028,66	
D4.2 Subsídios correntes	9 368 485,42	0,00	0,00	995 865,27	0,00	10 364 350,69	9 519 636,21	
D5 Outras despesas correntes	137 223,05	0,00	0,00	0,00	0,00	137 223,05	82 532,35	
<b>Despesa de capital</b>	980 471,99	0,00	97 158,54	95 870,49	0,00	1 173 501,02	1 188 638,59	
D6 Aquisição de bens de capital	16 427 058,18	0,00	1 011 246,70	3 066 950,96	0,00	20 505 255,84	20 880 272,57	
D7 Transferência e subsídios de capital	12 690 919,87	0,00	824 436,15	2 096 374,63	0,00	15 611 730,65	16 088 707,17	
D7.1 Transferências de capital	3 097 065,15	0,00	186 810,55	970 576,33	0,00	4 254 452,03	3 396 565,40	
D7.1.1 Administrações Públicas	3 097 065,15	0,00	186 810,55	970 576,33	0,00	4 254 452,03	3 396 565,40	
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	2 880 952,54	0,00	186 810,55	970 576,33	0,00	4 038 339,42	3 200 734,41	
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	2 880 952,54	0,00	186 810,55	970 576,33	0,00	4 038 339,42	3 200 734,41	
D7.1.3 Famílias	216 112,61	0,00	0,00	0,00	0,00	216 112,61	195 830,99	
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Despesa efetiva [5]</b>	639 073,16	0,00	0,00	0,00	0,00	639 073,16	1 395 000,00	
<b>Despesa não efetiva [6]</b>	94 409 625,00	0,00	3 375 621,06	7 430 390,37	0,00	105 215 636,43	97 885 958,08	
D9 Despesa com ativos financeiros	9 969 679,84	0,00	788 294,92	1 269 609,63	0,00	12 027 584,39	11 826 010,00	
D10 Despesa com passivos financeiros	209 903,40	0,00	0,00	0,00	0,00	209 903,40	278 249,00	
<b>Soma [7]=[5]+[6]</b>	9 759 776,44	0,00	788 294,92	1 269 609,63	0,00	11 817 680,99	11 547 761,00	
<b>Operações de tesouraria [C]</b>	104 379 304,84	0,00	4 163 915,98	8 700 000,00	0,00	117 243 220,82	109 711 968,08	
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	811 868,91	811 868,91	930 800,11	
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	760 142,22	0,00	372 505,85	0,00	3 309 173,50	4 441 821,57	2 848 198,21	
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	760 142,22	0,00	372 505,85	0,00	0,00	1 132 648,07	182 134,07	
<b>Saldo global [2] - [5]</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	3 309 173,50	3 309 173,50	2 666 064,14	
Despesa primária	10 405 268,29	0,00	978 666,70	-7 430 390,37	0,00	3 953 544,62	2 240 892,88	
Saldo corrente	94 361 990,54	0,00	3 375 092,69	7 429 156,67	0,00	105 166 239,90	97 807 390,82	
Saldo de capital	23 507 304,63	0,00	-1 407 970,00	-4 363 439,41	0,00	17 735 895,22	15 416 544,49	
Saldo primário	-13 204 705,52	0,00	2 386 636,70	-3 066 950,96	0,00	-13 885 019,78	-13 185 968,44	
<b>Receita total [1] + [2] + [3]</b>	10 452 902,75	0,00	979 195,07	-7 429 156,67	0,00	4 002 941,15	2 319 460,14	
<b>Despesa total [5] + [6]</b>	105 139 447,06	0,00	4 536 421,83	8 700 000,00	0,00	118 375 868,89	109 894 102,15	
	104 379 304,84	0,00	4 163 915,98	8 700 000,00	0,00	117 243 220,82	109 711 968,08	



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Braga** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 698 457 185 euros e um total de património líquido de 561 621 444 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores do capital da entidade-mãe de 4 033 093 euros), a demonstração dos resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Braga** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

#### Bases para a opinião com reservas

1. Apesar das melhorias implementadas ao longo dos últimos exercícios, consideramos ainda persistirem algumas limitações quanto à mensuração dos rendimentos relativos à rubrica de Loteamentos e obras do Município e à respetiva documentação de suporte, pelo que não nos é possível a validação integral dos montantes registados contabilisticamente, bem como dos correlativos efeitos nos saldos a receber de terceiros. Deste modo, não nos é possível apurar, nem quantificar, a eventual necessidade de ajustamentos no resultado do exercício, património líquido (resultados transitados) e ativo do Grupo, decorrentes da situação descrita.
2. No exercício de 2021 terminou o prazo da concessão que a entidade BRAVAL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. tem contratualizada com o Estado português, sob a tutela do Ministério do Ambiente, encontrando-se ainda pendente a decisão governamental sobre os termos em que ocorrerá a prossecução da sua atividade futura. A situação descrita poderá ter efeitos materialmente significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial, não nos sendo possível, com base na informação disponível à data, quantificar os eventuais impactos no ativo, resultado líquido e património líquido (resultados transitados, ajustamentos em ativos financeiros) do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

### Ênfases

1. Tal como se tem vindo a verificar nos exercícios anteriores, não foram reconhecidas pelo Município as Indemnizações Compensatórias que este se propunha a transferir para a sua participada AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. relativamente aos exercícios de 2013 a 2021, por não ter sido cumprida a tramitação formal e regulamentar por parte do Tribunal de Contas. Os efeitos decorrentes desta situação encontram-se devidamente refletidos e ajustados nas demonstrações financeiras consolidadas – na rubrica de resultados transitados os montantes referentes aos exercícios de 2013 a 2020, e no resultado líquido consolidado, o montante relativo ao exercício de 2021.
2. Conforme divulgado no Relatório de Contas Consolidadas, dada a complexidade do processo de transição para o novo referencial contabilístico (SNC-AP), o Grupo entendeu adequado aplicar de forma supletiva a opção preconizada pela IPSAS 33 (tal como indicado na FAQ 47 da Comissão de Normalização Contabilística), a qual prevê um período de três anos para a referida transição, por forma a assegurar a plenitude da mesma, o cômputo rigoroso de todos os correspondentes efeitos e a necessária consistência das políticas contabilísticas e divulgações associadas. Face ao contexto descrito, apesar de os elementos de prestação das contas consolidadas referentes ao exercício de 2021 terem sido preparados e apresentados de acordo com o SNC-AP, os mesmos não cumprem ainda de forma integral e rigorosa todos os requisitos previstos no novo normativo, estimando-se que o processo de transição fique totalmente concluído até ao final do exercício de 2022.
3. Conforme divulgado no Relatório das Contas Consolidadas, ainda que com um impacto menor do que no período anterior, o exercício de 2021 continuou marcado pela pandemia por Covid-19, o que colocou um conjunto de limitações à normal atividade de algumas entidades que compõem o perímetro intermunicipal. Todavia, e apesar do contexto de incerteza, o Executivo e os respetivos órgãos de gestão dessas entidades continuaram a acompanhar os desenvolvimentos da situação e a avaliar continuamente os seus impactos diretos e indiretos, de forma a tomar as medidas necessárias para a minimização dos mesmos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

– avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

– obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

– comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas**

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo, que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita de 118 375 869 euros e um total de despesa de 117 243 221 euros) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Pelo facto de o processo de transição para SNC-AP não se encontrar ainda totalmente concluído, conforme já referido acima, será necessário o Grupo proceder a alterações e implementar melhorias, de forma a garantir o integral e rigoroso cumprimento da NCP 26 quanto à preparação das demonstrações orçamentais consolidadas, designadamente quanto à informação de todas as entidades que deveriam estar incluídas no perímetro de consolidação orçamental.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Em nossa opinião, exceto quanto à situação descrita, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

### **Sobre o relatório consolidado de gestão**

Tendo em conta o enquadramento descrito no ponto 2 da secção “Ênfases” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório consolidado de gestão não foi ainda preparado dando cumprimento integral e rigoroso à NCP 27 – Contabilidade de Gestão, em particular quanto ao previsto no parágrafo 34 da referida norma.

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto à matéria referida no parágrafo anterior e quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 7 de junho de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**  
(SROC 153; CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM nº 20160219)



## RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

### EXERCÍCIO DE 2021

Na qualidade de auditores externos nomeados nos termos do artº.77º, nº.2, da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, incumbe-nos emitir parecer sobre as **Contas Consolidadas do Município de Braga** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 1. Em termos de enquadramento, devemos referir que:

- a) as contas sobre as quais nos pronunciamos são as contas consolidadas do Município;
- b) à semelhança dos exercícios anteriores, o desenvolvimento dos nossos trabalhos contou com a colaboração dos responsáveis das diferentes áreas do Município, em particular da área contabilística, quer ao nível da disponibilização dos elementos solicitados, quer no esclarecimento das questões que entendemos pertinentes sobre o processo de consolidação, apesar dos constrangimentos e dificuldades decorrentes do processo de transição para SNC-AP em curso.

#### 2. No quadro das normas aplicáveis, considerando especialmente o disposto nos artº.s 76º. e 77º. da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, procedemos:

- a) à verificação da regularidade dos livros, registos e respetivos suportes documentais;
- b) à verificação dos valores patrimoniais do Município e demais entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- c) à análise das demonstrações financeiras consolidadas e demais documentos de prestação de contas, à luz dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados;
- d) à análise das demonstrações orçamentais consolidadas, tendo em conta as obrigações legais/regulamentares aplicáveis.

#### 3. Os procedimentos seguidos permitem-nos expressar as seguintes observações:

- a) a contabilidade, as demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações orçamentais consolidadas e o relatório consolidado de gestão satisfazem as disposições legais e refletem a atividade, bem como a situação patrimonial, financeira e orçamental do Grupo no exercício em causa, nos termos da opinião e das observações incluídas na certificação legal das contas consolidadas, emitida por nós na presente data;



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

- b) verificámos que, de um modo geral, foi seguido pelo Município o enquadramento previsto na NCP 22 – Norma de Contabilidade Pública sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e NCP 26 - Norma de Contabilidade Pública sobre a Contabilidade e Relato Orçamental, com vista à elaboração das demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas e demais elementos de prestação das contas consolidadas.

**4. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:**

- a) as contas consolidadas do Município e o respetivo relatório consolidado de gestão, que devem ser vistos à luz dos esclarecimentos que esses mesmos documentos integram, bem como da certificação legal das contas consolidadas e das notas anteriores, merecem globalmente uma apreciação positiva.

Devemos, por último, salientar e agradecer o espírito de colaboração demonstrado pelo órgão executivo e por todos os responsáveis e colaboradores envolvidos.

Braga, 7 de junho de 2022

**G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC Lda.**  
(SROC 153; CMVM 20161463)  
Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279; CMVM 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557; CMVM 20160219)